



CADERNO DE INDICADORES

4º RELATÓRIO DE GESTÃO
MAPA ESTRATÉGICO DA
Indústria

4º RELATÓRIO DE GESTÃO

CADERNO DE INDICADORES

**MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA
2007 - 2015**

Brasília, março de 2009.

Sumário

Introdução	5	10. Oferta Interna de Energia	48
Quadro de Acompanhamento das Metas	6	11. Investimento em Infraestrutura dos Transportes em proporção do PIB	52
Análise dos Indicadores		12. Domicílios atendidos por Rede Coletora de Esgoto	56
1. PIB	12	13. Investimento Privado em Inovação em proporção do PIB	60
2. PIB Industrial	16	14. PISA	64
3. Produtividade na Indústria	20	15. Domicílios com acesso à internet	68
4. Taxa de Desemprego	24	16. Renda per capita, ajustada pela paridade do poder de compra	72
5. Total de Exportações de Bens e Serviços em proporção do PIB	28	17. Índice de GINI	76
6. Crédito em proporção do PIB	32	18. Índice de Desenvolvimento Humano - IDH	80
7. <i>Spread</i> Bancário	36		
8. Taxa Real de Juros	40		
9. Carga Tributária	44		

Introdução

O Caderno de Indicadores apresenta a evolução e análise dos 18 principais indicadores de acompanhamento do Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015.

Acompanhamento da Execução das Metas

Indicadores	Fonte	Observações mais recentes	2007	2010	Situação Atual Fev. de 2009	Situação em Nov. de 2008	Situação em Mar. de 2008	Situação em Maio de 2007
Crescimento do PIB	Contas Nacionais/IBGE	5,7% (2004) 3,2% (2005) 4,0% (2006) 5,7% (2007) 5,1% (2008)	5,5% a.a (Taxa média até 2010)		convergingo para a meta	convergingo para a meta	convergingo para a meta	distante da meta
Crescimento do PIB Industrial	Contas Nacionais/IBGE	7,9% (2004) 2,1% (2005) 2,3% (2006) 4,7% (2007) 4,3% (2008)	7% a.a (taxa média até 2010)		distante da meta	convergingo para a meta	distante da meta	distante da meta
Índice de Produtividade da Indústria	PIM-PF/IBGE e CNI	3,7% (2004) 0,0% (2005) 2,6% (2006) 2,3% (2007) -1,6% (2008)	Crescer 4%a.a	Crescer 6%a.a	distanciando da meta	distante da meta	distante da meta	distante da meta

LEGENDA: Atingiu a meta Convergingo para a meta Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado
 Está distante e não apresenta movimento de convergência à meta Distanciando da meta

Indicadores	Fonte	Observações mais recentes	2007	2010	Situação Atual Fev. de 2009	Situação em Nov. de 2008	Situação em Mar. de 2008	Situação em Maio de 2007
Taxa de Desemprego	PNAD/IBGE	9,7% (2003) 8,9% (2004) 9,3% (2005) 8,4% (2006) 8,2% (2007) 7,9% (2008)	9.0%	7.0%	atingiu a meta de 2007 	atingiu a meta	atingiu a meta	convergingo para a meta
Total de Exportações de Bens e Serviços / PIB	Contas Nacionais/IBGE	16,4% (2004) 15,1% (2005) 14,4% (2006) 13,7% (2007) 14,3% (2008)	22%	25%	distanciando da meta 	distanciando da meta	distanciando da meta	distante da meta
Crédito / PIB	Banco Central	24,5% (2004) 28,1% (2005) 30,2% (2006) 34,2% (2007) 41,3% (2008)	Alcançar 40%(até 2010)		atingiu a meta 	convergingo para a meta	convergingo para a meta	convergingo para a meta

continua

LEGENDA:  Atingiu a meta  Convergingo para a meta  Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado
 Está distante e não apresenta movimento de convergência à meta  Distanciando da meta

Acompanhamento da Execução das Metas

Indicadores	Fonte	Observações mais recentes	2007	2010	Situação Atual Fev. de 2009	Situação em Nov. de 2008	Situação em Mar. de 2008	Situação em Maio de 2007
Spread Bancário	Banco Central	35,6% (2004) 36,4% (2005) 34,8% (2006) 28,4% (2007) 40,0% (2008)	Alcançar 20%(até 2010)		distante da meta 	convergingo para a meta	distante da meta	distante da meta
Taxas Real de Juros (Selic/IPCA)	Banco Central	11,5% (2005) 10,7% (2006) 8,2% (2007) 6,5% (2008)	Alcançar 6%(até 2010)		convergingo para a meta 	convergingo para a meta	convergingo para a meta	convergingo para a meta
Carga Tributária	Receita Federal	31,4% (2003) 32,2% (2004) 33,4% (2005) 33,5% (2006) 34,8% (2007) 35,7% (2008*) *Estimativa CNI	33%	30%	distanciando da meta 	distanciando da meta	distanciando da meta	distanciando da meta

LEGENDA:  Atingiu a meta  Convergingo para a meta  Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado
 Está distante e não apresenta movimento de convergência à meta  Distanciando da meta

Indicadores	Fonte	Observações mais recentes	2007	2010	Situação Atual Fev. de 2009	Situação em Nov. de 2008	Situação em Mar. de 2008	Situação em Maio de 2007
Oferta Interna de Energia	Empresa de Pesquisa Energética – EPE	1,6% (2003) 5,8% (2004) 2,3% (2005) 3,4% (2006) 5,4% (2007)	Crescimento médio de 7% a.a Período até 2010		distante da meta ↑	distante da meta	distante da meta	distante da meta
Investimento em Infraestrutura dos transportes / PIB	Ministério dos Transportes	0,05% (2003) 0,11% (2004) 0,13% (2005) 0,19% (2006) 0,22% (2007) 0,21%(2008*) *Estimativa CNI	0.45%	0.50%	distante da meta ↑	distante da meta	distante da meta	distante da meta
Domicílios atendidos por Rede Coletora de Esgoto	PNAD/IBGE	48,0% (2003) 48,8% (2004) 48,2% (2005) 48,5% (2006) 51,3% (2007)	52%	60%	convergindo para a meta ↑	convergindo para a meta	distante da meta	distante da meta

continua

LEGENDA:  Atingiu a meta  Convergindo para a meta  Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado
 Está distante e não apresenta movimento de convergência à meta  Distanciando da meta

Acompanhamento da Execução das Metas

Indicadores	Fonte	Observações mais recentes	2007	2010	Situação Atual Fev. de 2009	Situação em Nov. de 2008	Situação em Mar. de 2008	Situação em Maio de 2007
Investimento Privado em Inovação / PIB	MCT	0,37% (2003) 0,35% (2004) 0,49% (2005) 0,51% (2006) 0,52% (2007*) * Dado preliminar do MCT	0.6%	0.8%	convergingo para a meta 	convergingo para a meta	convergingo para a meta	sem atualização
Pisa	OECD	368 (2001) 383 (2003) 390 (2006)	Alcançar nota 486 (Espanha em 2001) até 2015		distante da meta 	distante da meta	distante da meta	sem atualização
Domicílios com acesso a Internet	PNAD/IBGE	11,4% (2003) 12,2% (2004) 13,7% (2005) 16,9% (2006) 20,2% (2007)	18%	25%	atingiu a meta 	atingiu a meta	convergingo para a meta	convergingo para a meta

LEGENDA:  Atingiu a meta  Convergingo para a meta  Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado
 Está distante e não apresenta movimento de convergência à meta  Distanciando da meta

Indicadores	Fonte	Observações mais recentes	2007	2010	Situação Atual Fev. de 2009	Situação em Nov. de 2008	Situação em Mar. de 2008	Situação em Maio de 2007
Renda per capita (PPP)	FMI	8.502 PPP (2003) 9.113 PPP (2004) 9.548 PPP (2005) 10.073 PPP (2006) 10.636 PPP (2007*) *Projeção FMI	Alcançar 12.000 PPP até 2015		convergingo para a meta 	convergingo para a meta	convergingo para a meta	convergingo para a meta
GINI	PNAD/IBGE	0,545 (2003) 0,535 (2004) 0,532 (2005) 0,528 (2006) 0,521 (2007)	0.54	0.52	atingiu a meta 	atingiu a meta	atingiu a meta	atingiu a meta
IDH	PNUD	0,792 (2003) 0,792 (2004) 0,802 (2005) 0,807 (2006)	0.80	0.83	atingiu a meta 	atingiu a meta	atingiu a meta	convergingo para a meta

LEGENDA:  Atingiu a meta  Convergingo para a meta  Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado
 Está distante e não apresenta movimento de convergência à meta  Distanciando da meta

1. PIB

Descrição:

Variação percentual anual do Produto Interno Bruto do País.

Fonte:

Contas Nacionais / IBGE

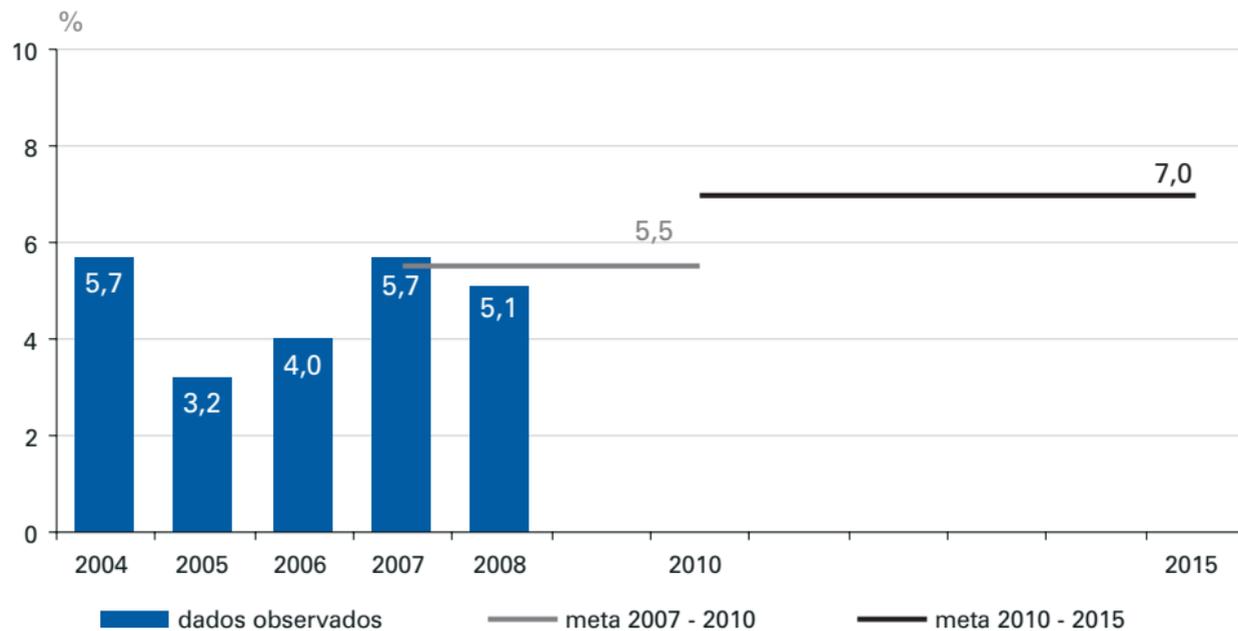
Meta:

- 5,5 % a.a (Taxa média até 2010)
- 7,0 % a.a (Taxa média de 2010 a 2015)

Status:

 Convergindo para a meta

PIB



Tendências

A média de crescimento da economia brasileira no período de 1997 a 2007 foi de 2,8%. O crescimento do ano de 2007 – de 5,7% – elevou a média dos últimos 10 anos. Em 2008, se confirmada a expectativa da CNI de um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 5,4%, a média de crescimento anual da economia desde 1997 se elevará para 3,1%.

Ressalte-se que o crescimento econômico vinha sendo sustentado pelo investimento e pelo consumo interno. No caso dos investimentos, a taxa de crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) ultrapassa a taxa de expansão do PIB desde o segundo trimestre de 2005 (na comparação contra o mesmo trimestre do ano anterior). Considerando a demanda interna – com exceção de duas ocasiões – a taxa de crescimento supera a do PIB desde o segundo trimestre de 2004, na mesma base de comparação.

No entanto, a crise internacional interrompeu abruptamente o crescimento econômico que vinha se fortalecendo nos dois últimos anos no Brasil. Para 2009, se confirmada a estimativa da CNI de que a economia crescerá em ritmo menor que a metade da taxa de 2008, os investimentos deverão crescer ainda menos, ou seja, abaixo da expansão do PIB. A expansão do crédito também será sensivelmente menor em 2009, assim como o da massa salarial. Esses fatores nortearão a desaceleração econômica brasileira.

- Priorizar ações de mitigação dos efeitos da crise com foco na ampliação da liquidez.
- Reduzir o gasto público corrente, como forma de viabilizar a queda da taxa de juros e estimular o crescimento econômico.
- Focalizar em medidas de desoneração tributária do investimento e na redução do custo do capital.
- Atuar na aprovação de medidas que visem a melhoria do ambiente de negócios, com ênfase à desburocratização e à definição de marcos regulatórios claros em setores ligados à infraestrutura.
- Estimular as parcerias público-privadas, como forma de estimular o investimento no Brasil.
- Desenvolver ações para o avanço das reformas tributária, previdenciária e de relações do trabalho.

2. PIB Industrial

Descrição:

Variação percentual do PIB da Indústria no ano.

Fonte:

Contas Nacionais / IBGE

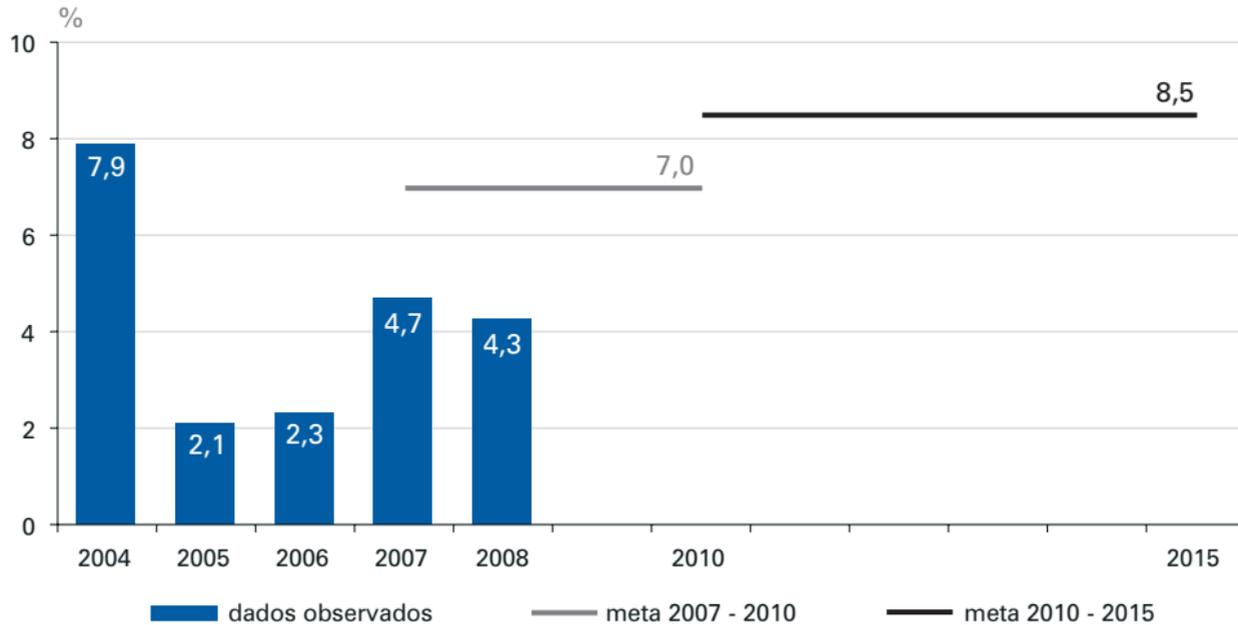
Meta:

- 7,0 % a.a (Taxa média até 2010)
- 8,5 % a.a (Taxa média de 2010 a 2015)

Status:

↑ Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado

PIB Industrial



Tendências

O desempenho da indústria é muito vulnerável às flutuações da atividade econômica. Geralmente a indústria lidera o crescimento do PIB em períodos de expansão mais robusta da atividade econômica. Em contrapartida, é o setor mais atingido em períodos de menor dinamismo, como o que se seguirá em 2009.

A indústria brasileira apresentou ótimo desempenho até o terceiro trimestre de 2008. No acumulado dos três primeiros trimestres do ano, frente ao mesmo período do ano anterior, a indústria cresceu 6,5%. Esse crescimento foi superior à média anual entre 1997 e 2007, que foi de 2,2%.

O crescimento da produção em 2008 se disseminou entre os diversos setores de atividade. As taxas de crescimento foram mais intensas entre três tipos de produtos: a) bens de capital, favorecidos pelo processo de expansão do parque produtivo; b) bens de consumo duráveis, cujas vendas são muito influenciadas pela expansão do crédito; c) bens em que a demanda externa era intensa.

- Atuar para que a política industrial contemple as sugestões apresentadas pela indústria nas áreas de investimentos, comércio exterior e inovação.
- Intensificar a desoneração tributária dos investimentos.
- Priorizar medidas que aumentem a liquidez da economia, em razão da crise internacional.

3. Produtividade na Indústria

Descrição:

Variação do Índice de Produção Industrial / IBGE em relação ao índice de horas trabalhadas / CNI.

Fonte:

Pesquisa Industrial Mensal / IBGE e Indicadores Industriais / CNI

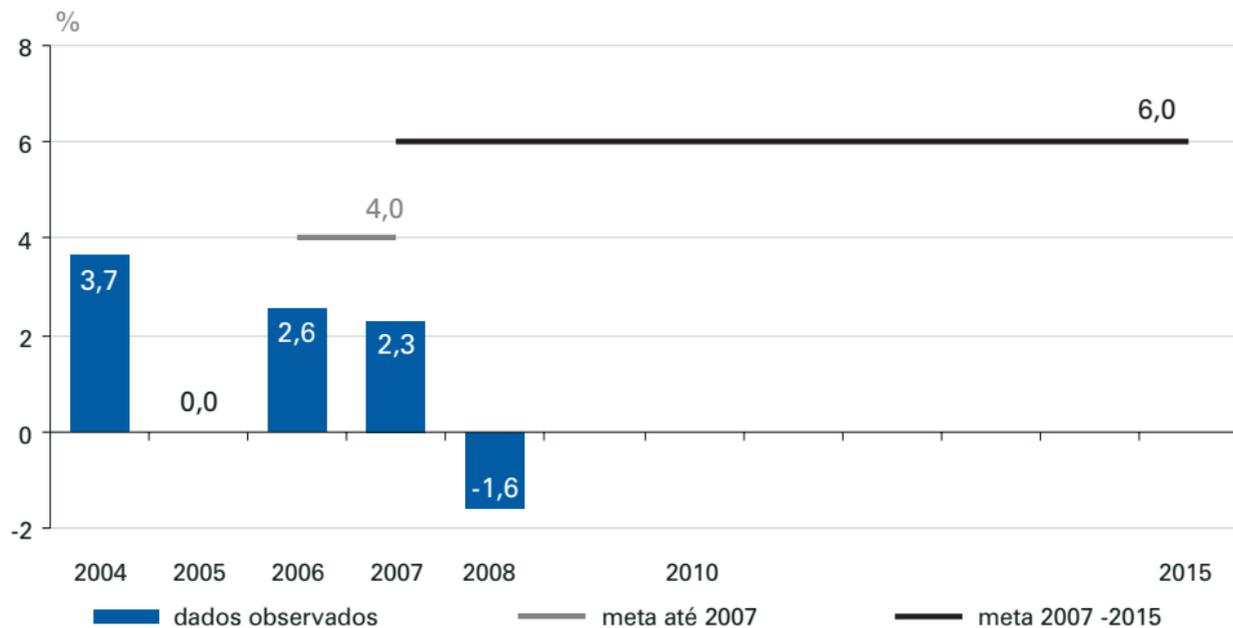
Meta:

- Crescer 4% a.a (até 2007)
- Crescer 6% a.a (de 2007 a 2010)
- Crescer 6% a.a (de 2010 a 2015)

Status:

 Distanciando da meta

Produtividade na Indústria



Tendências

A produtividade na indústria vem se expandindo a uma taxa que se aproxima de 2% ao ano, metade do ritmo proposto na meta dos indicadores. Na segunda metade da década de 90, quando a indústria passava por um momento de reestruturação, a produtividade da indústria chegou a aumentar a um ritmo superior a 5% ao ano.

Embora ainda distante da meta e do resultado da década passada, é importante destacar que o aumento da produtividade no biênio 2006/2007 ocorre sob uma nova base, pois vem acompanhada de significativa expansão do emprego e das horas trabalhadas na indústria. No passado, os ganhos de produtividade na indústria estiveram, via de regra, associados a períodos marcados por redução dos postos de trabalho e das horas trabalhadas.

O aumento da produtividade na indústria a longo prazo está estritamente relacionado à expansão dos capitais físico e humano. Dados acumulados de janeiro a novembro de 2008, frente ao mesmo período do ano anterior, registraram uma queda de 0,8% da produtividade da indústria no Brasil, o que distancia da meta estabelecida pelo Mapa da Indústria.

- Acompanhar a execução das ações previstas no “PAC da Inovação”, que incorporou sugestões da indústria, como a destinação de recursos para o processo de desenvolvimento tecnológico nas empresas.
- Atuar na aprovação medidas que visem a desoneração de impostos sobre bens de capital.
- Implementar ações previstas no programa “Educação para a Nova Indústria”, com foco em educação básica, continuada e profissional. Até 2010, pretende-se atingir 16,2 milhões de matrículas no SESI e no SENAI, aumentando a capacitação e a qualificação profissional dos trabalhadores.

4. Taxa de Desemprego

Descrição:

Percentual da população brasileira desocupada, em proporção à população economicamente ativa.

Fonte:

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios / IBGE

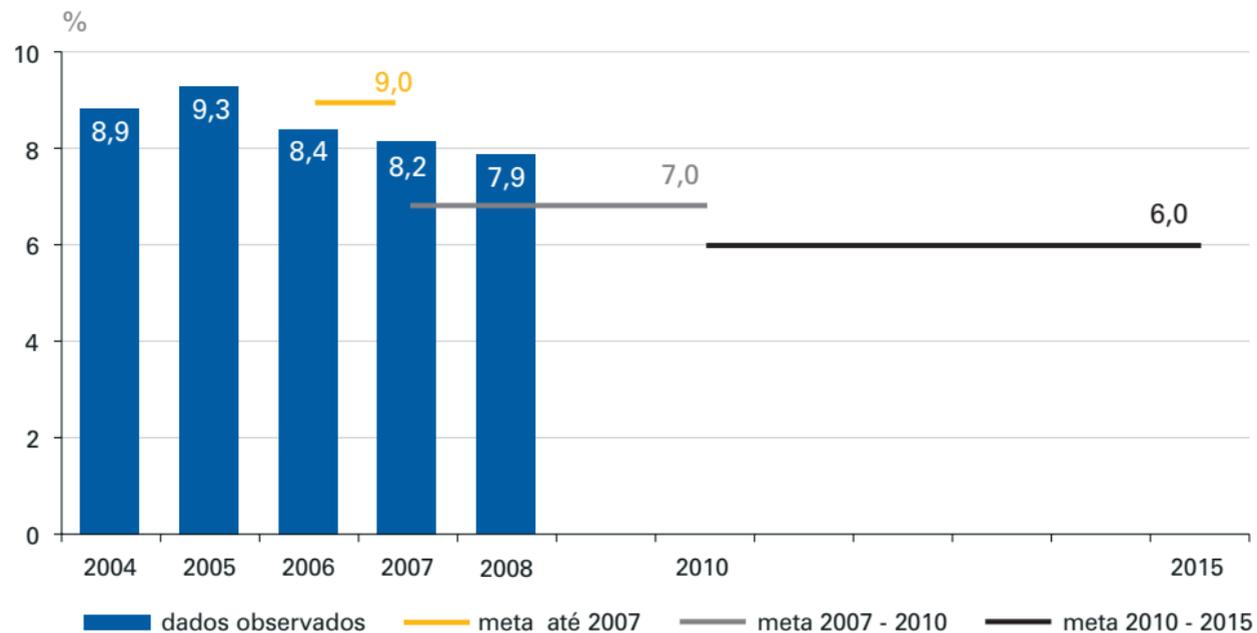
Meta:

- Alcançar 9,0% até 2007
- Alcançar 7,0% até 2010
- Alcançar 6,0% até 2015

Status:

 Atingiu a meta

Taxa de Desemprego



Tendências

A taxa de desemprego média anual recuou para 7,9% em 2008, mais que atingindo a meta estabelecida no Mapa da Indústria. Esse foi o menor indicador médio anual desde 2002 – quando a Pesquisa Mensal de Emprego, do IBGE, foi reformulada.

A expansão da economia, sobretudo da atividade industrial, veio acompanhada de geração de postos de trabalho. O que chama a atenção não é somente a quantidade de vagas criadas em 2008, mas a qualidade desses empregos. A maioria dos empregos criados no Brasil nesse ano foi formal.

Com a expectativa de menor crescimento econômico em 2009, a CNI estima um aumento na taxa média anual de desocupação para 8,2%. Mesmo com esse aumento, a taxa de desemprego ainda continuará convergindo para a meta estabelecida pelo Mapa da Indústria. No entanto, a geração de empregos formais não seguirá no mesmo ritmo de 2008, tendo como resultado o aumento da informalidade do mercado de trabalho.

- Defender a adoção de propostas que flexibilizem as relações de trabalho no país.
- Posicionar-se contrariamente à Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que dispõe sobre a demissão imotivada.
- Apresentar propostas para o aperfeiçoamento das regras de terceirização, visando à segurança jurídica e à garantia da competitividade das empresas contratantes, sem prejuízo dos direitos dos trabalhadores.

5. Total de Exportações de Bens e Serviços em proporção ao PIB

Descrição:

Participação das exportações de bens e serviços do Brasil em relação ao Produto Interno Bruto.

Fonte:

Contas Nacionais / IBGE

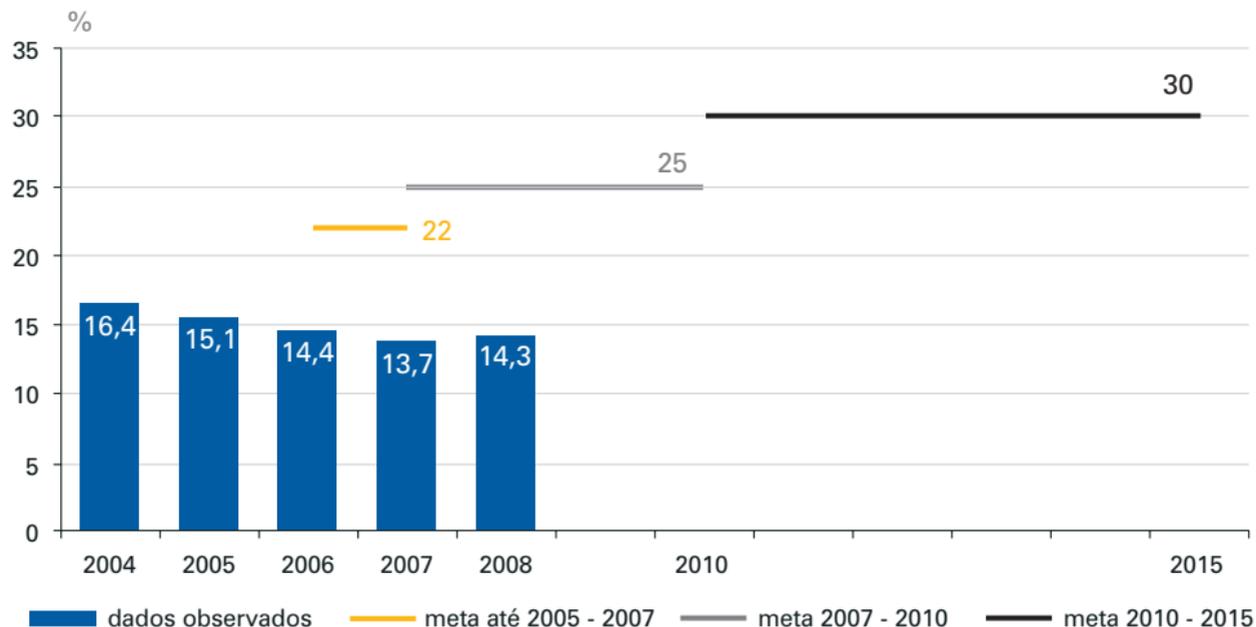
Meta:

- Alcançar 22% até 2007
- Alcançar 25% até 2010
- Alcançar 30% até 2015

Status:

 Distanciando da meta

Total de Exportações de Bens e Serviços em proporção ao PIB



Tendências

A participação das exportações de bens e serviços no PIB está em queda desde 2004, acompanhando a valorização do real, sobretudo frente ao dólar. O mercado internacional deixa de ser atraente para o exportador, na medida em que a rentabilidade das exportações cai.

Desde 2005, assiste-se ao aumento das exportações brasileiras de produtos em que a demanda internacional é crescente, com destaque para os alimentos (commodities agrícolas beneficiadas e carnes), para a extrativa mineral e para os combustíveis (derivados do petróleo e etanol). Para os demais produtos, no entanto, assiste-se a uma perda de dinamismo nas exportações.

No entanto, houve uma drástica mudança na relação real/dólar, o equivalente a uma má desvalorização do real. A desvalorização da moeda brasileira não trouxe os efeitos desejados de acelerar o crescimento das exportações, uma vez que a demanda externa passou a cair vertiginosamente. Dessa forma, a participação das exportações em 2008 continuou a cair. A CNI estima que esse comportamento persistirá em 2009.

- Atuar para a manutenção de uma taxa de câmbio competitiva e o ambiente de negócios favorável aos investimentos visando o mercado externo.
- Evitar que a crise gere ações protecionistas com impacto para a indústria brasileira.
- Apoiar ações de defesa comercial que combatam a concorrência desleal.
- Ampliar os fluxos de comércio, serviços e investimentos entre o Brasil e o México, com vistas a avançar para um tratado de livre comércio.
- Promover missões empresariais no exterior e participar de reuniões, seminários e encontros de cooperação econômica.
- Aprofundar uma agenda do setor industrial para o a América do Sul com base em estudos da CNI sobre os interesses empresariais brasileiros (bens, serviços e investimentos).

Total de Exportações de Bens e Serviços em proporção ao PIB

6. Crédito em proporção ao PIB

Descrição:

Operações de crédito do sistema financeiro (Risco Total) em relação ao PIB.

Fonte:

Banco Central

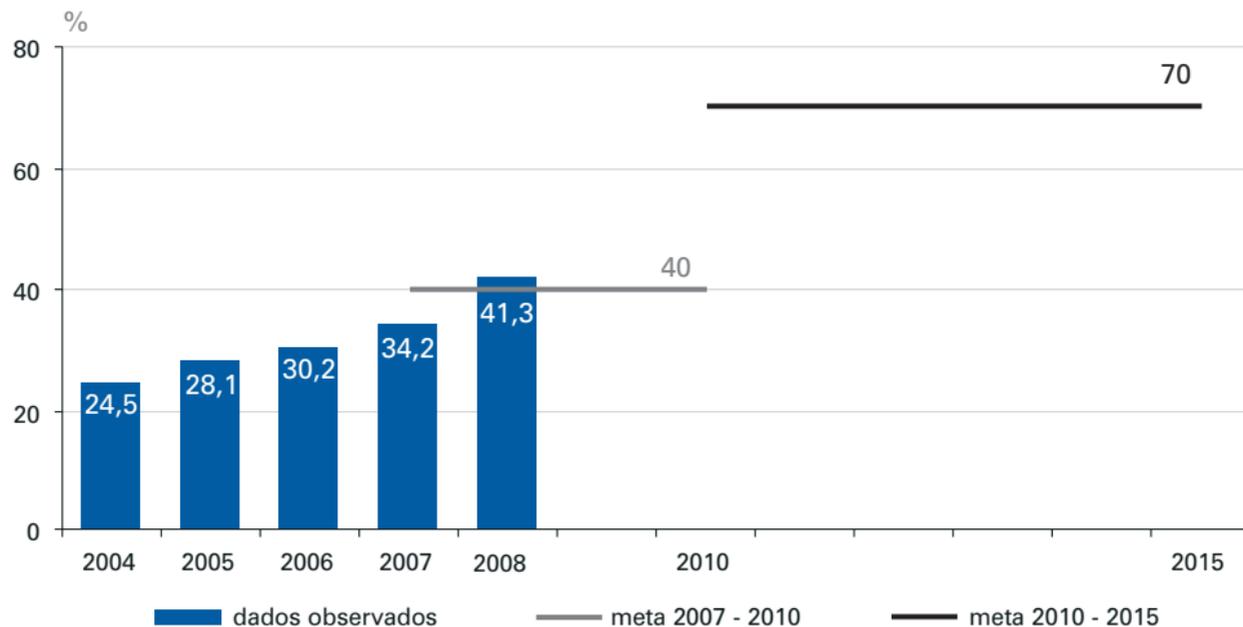
Meta:

- Alcançar 40% até 2010
- Alcançar 70% até 2015

Status:

- Atingiu a meta

Crédito em proporção ao PIB



Tendências

Embora ainda restrito, quando comparado ao resto do mundo, o crédito no Brasil vem se expandindo à taxas expressivas. Somente no ano de 2008, a concessão de crédito aumentou 31,1%. Quando apurados os anos entre 2004 e 2008, a proporção do crédito no PIB aumentou 16,8 pontos percentuais, elevando-se de 24,5% para 41,3%. Esse patamar supera a meta de 40% do PIB para o ano de 2010, estabelecida no Mapa da Indústria.

A expansão do crédito é resultado, em boa medida, de três fatores inter-relacionados: a) controle inflacionário; b) menor flutuação e maior dinamismo da atividade econômica (o que possibilitou uma forte criação de empregos formais); e c) redução da taxa de juros. A aprovação de novas modalidades de empréstimo, como o crédito consignado à folha de pagamento e a instituição de novas regras que facilitam a tomada de crédito imobiliário são também fatores que contribuíram para a expansão do crédito no Brasil.

Para 2009, o cenário não é promissor. A crise de liquidez financeira mundial tornou o crédito mais escasso e mais caro. Esses fatores farão com que o crédito cresça em 2009 à metade da taxa registrada em 2008.

- Elaborar estudos sobre condições e alternativas de financiamento não-bancário às empresas e sobre cooperativas de crédito.
- Focar a atenção na criação do cadastro positivo e agilizar a tramitação do PL 836/2003, que aguarda apreciação pelo plenário da Câmara dos Deputados.
- Promover a redução do IOF, de modo a reduzir a cunha fiscal sobre os juros e alavancar o crédito
- Desburocratizar o acesso e racionalizar as exigências das linhas oficiais, em especial às empresas de menor porte.
- Criar novas linhas especiais e aumentar o volume de recursos nos bancos oficiais destinados ao capital de giro das empresas.
- Simplificar e facilitar o acesso das empresas aos recursos do BNDES, em especial para as empresas de menor porte que necessitam operar via agentes financeiros, com revisão do sistema de garantias e aval.

Crédito em proporção ao PIB

7. Spread Bancário

Descrição:

Diferença em pontos percentuais entre o custo de captação e as operações de crédito com recursos livres dos bancos.

Fonte:

Banco Central

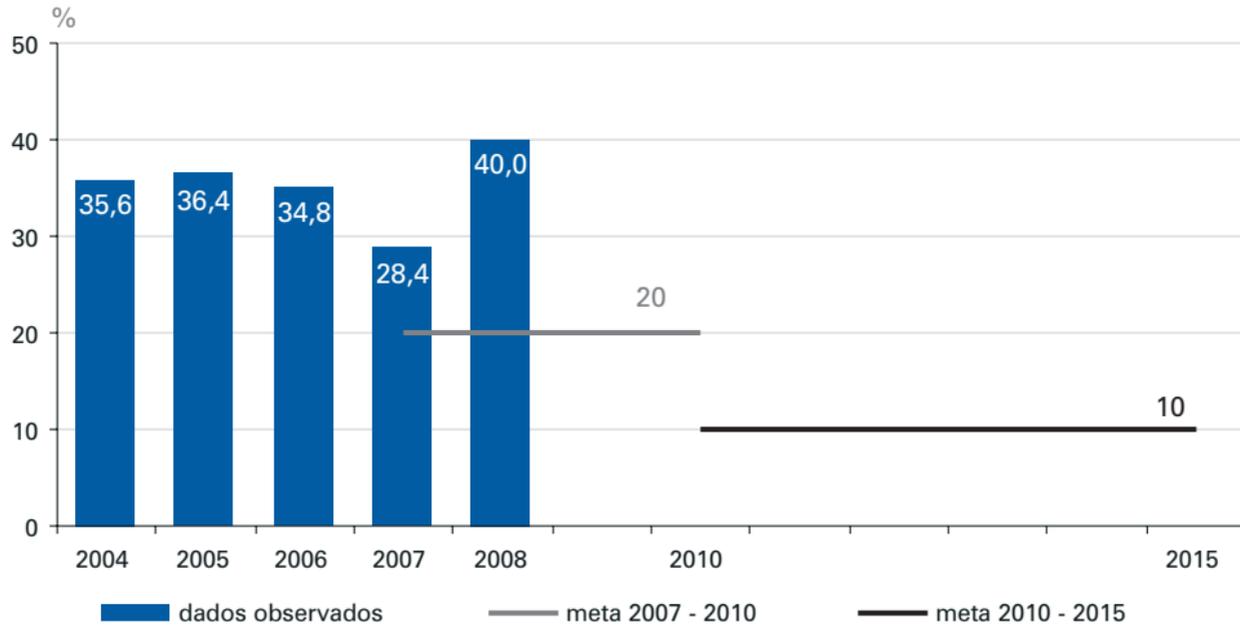
Meta:

- Alcançar 20% até 2010
- Alcançar 10% até 2015

Status:

↑ Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado

Spread Bancário



Tendências

O *spread* bancário médio pré-fixado para operações de crédito com recursos livres revelou uma trajetória de queda desde junho de 2003, atingindo 28,4% ao ano em dezembro de 2007. No entanto, esse movimento foi interrompido no início de 2008. A alta do *spread* bancário se intensificou no segundo semestre de 2008, atingindo 40,0% ao ano em dezembro, o que representa um aumento de 11,6 pontos percentuais na comparação com dezembro de 2007. Esse movimento elevou o *spread* para o maior nível desde abril de 2004.

O aumento do *spread* é resultado da crise internacional que tornou o crédito mais caro e mais escasso. Mesmo a redução dos compulsórios, depositados no Banco Central pelos bancos comerciais, não foi suficiente para alterar a trajetória de alta do *spread*. O movimento de queda da taxa básica de juros – retomado em janeiro de 2009 – também não trará efeitos imediatos no sentido de redução do *spread*, dado o cenário de maior aversão ao risco.

Caso o índice de inadimplência registre aumento – como se espera –, o *spread* poderá manter a tendência de alta ao longo de 2009, mesmo em um cenário de redução dos compulsórios e da taxa básica de juros.

A aprovação de medidas como a do cadastro positivo – que está na agenda do Congresso e visa diferenciar taxas de juros pelo histórico do tomador – torna-se um importante componente de influência de redução do custo do crédito.

- Apresentar propostas voltadas à redução do custo do financiamento e à redução do *spread* bancário como: regulamentação da medida provisória que disciplina o uso do cadastro positivo e outras desonerações tributária das operações de crédito.
- Fomentar a maior utilização dos bancos oficiais como instrumento de redução do custo das taxas ativas, mas preservando as condições de equilíbrio dessas instituições.

8. Taxa Real de Juros

Descrição:

Taxa anual básica de juros (Selic) descontada a expectativa de inflação do IPCA para os próximos 12 meses (Relatório de Mercado).

Fonte:

Banco Central

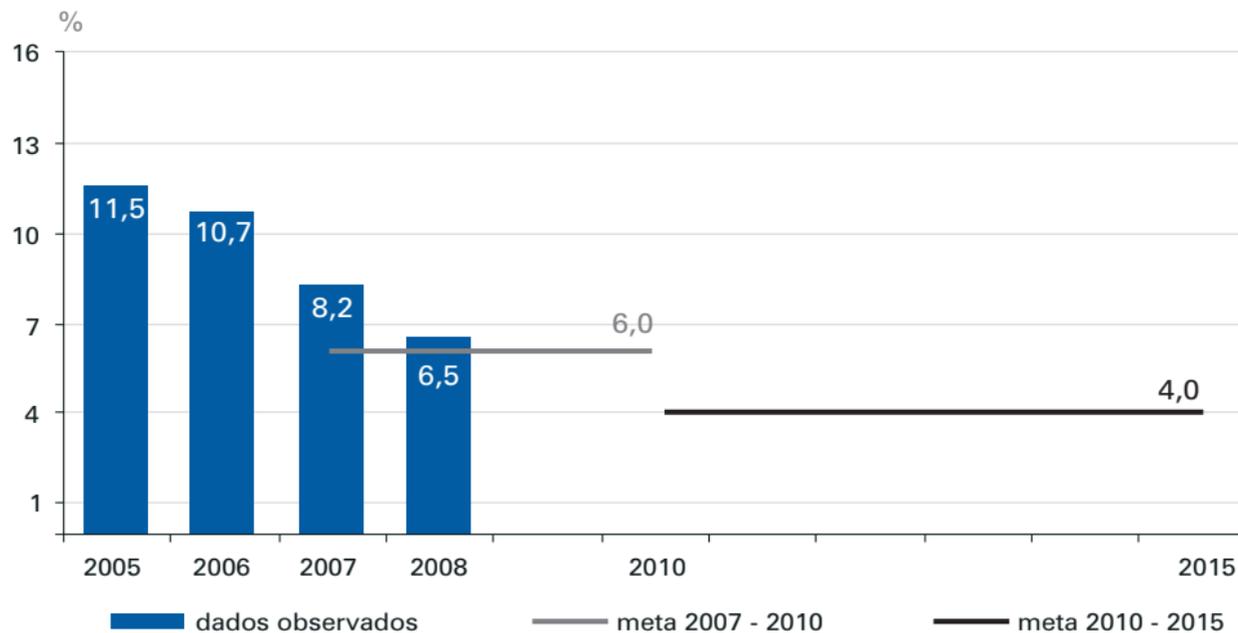
Meta:

- Alcançar 6% até 2010
- Alcançar 4% até 2015

Status:

 Convergindo para a meta

Taxa Real de Juros



Tendências

A taxa real de juros declinou em 5 pontos percentuais entre 2005 e 2008, atingindo 6,5% na média de 2008. As perspectivas são de que em 2009, a taxa real de juros permaneça ainda acima de 6%, meta estipulada no Mapa da Indústria para 2010.

A mudança de cenário macroeconômico, com queda na atividade econômica e descompressão dos índices de inflação, abre a lacuna para uma redução mais rápida da taxa básica de juros do que o estimado no final de 2008. Se confirmado esse movimento, é possível que haja uma redução da taxa de juros real, de modo que a meta estabelecida do Mapa da Indústria seja alcançada. Chama atenção que o Brasil ainda é um país com uma das maiores taxas de juros reais do mundo. Só uma redução mais intensa da taxa básica de juros poderá alterar esse quadro.

- Apresentar propostas voltadas à redução do custo do financiamento e à redução do *spread* bancário como: regulamentação da medida provisória que disciplina o uso do cadastro positivo e mais desonerações tributárias das operações de crédito.
- Defender a redução do tamanho do Estado para manutenção do equilíbrio fiscal, por meio da contenção dos gastos públicos.
- Atuar para o desenvolvimento do mercado de capitais e nas ações visando a redução do custo do capital para as empresas industriais.

9. Carga Tributária

Descrição:

Relação entre o total de impostos arrecadados em proporção ao PIB.

Fonte:

Receita Federal

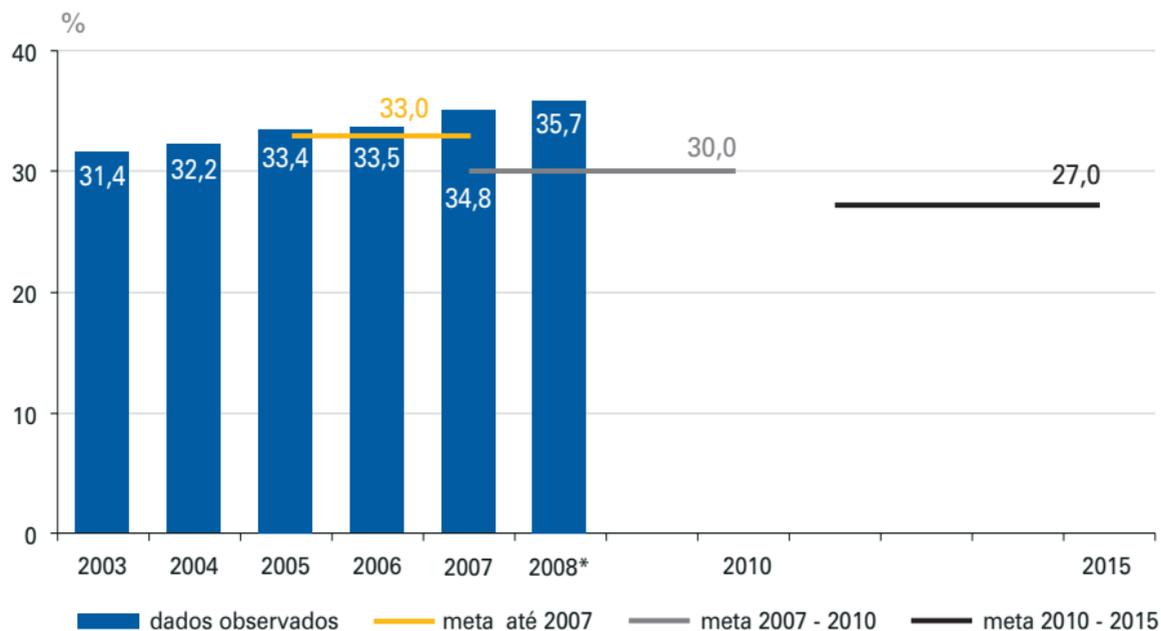
Meta:

- Alcançar 33% até 2007
- Alcançar 30% até 2010
- Alcançar 27% até 2015

Status:

 Distanciando da meta

Carga Tributária



* Estimativa CNI

Tendências

A participação dos impostos no PIB cresce continuamente nesta década e caminha na contramão do que se espera para promover a expansão econômica de longo prazo.

Quando a arrecadação de impostos cresce a um ritmo superior ao da produção, parcela maior da renda gerada no Brasil é desviada do setor privado para o setor público. Essa realocação dos recursos revelada pelas Contas Nacionais é desfavorável ao aumento da produtividade e à expansão sustentada do PIB.

O aumento da carga tributária financia a expansão do gasto público, cujo montante em relação ao PIB, somente no Governo Federal, passou de 14,0%, em 1997, para 17,2%, em 2008. Nesse contexto, apoiar a redução da carga tributária implica trabalhar pela redução dos gastos do governo.

- Propor emendas e contribuir ativamente para a tramitação da PEC da Reforma Tributária, no Congresso Nacional.
- Defender a redução do tamanho do Estado para manutenção do equilíbrio fiscal, por meio da contenção e do aumento de eficiência nos gastos públicos.
- Atuar para a efetivação da reforma da previdência social.
- Ampliar o universo de empresas que podem optar pelo regime de lucro presumido.
- Permitir o crédito imediato de PIS e COFINS nas aquisições de bens de capital no Brasil e no exterior.
- Ampliar o mecanismo da depreciação acelerada para máquinas e equipamentos.

10. Oferta Interna de Energia

Descrição:

Expansão anual liberada para comercialização, medida em porcentagem de crescimento no ano.

Fonte:

Empresa de Pesquisa Energética - EPE

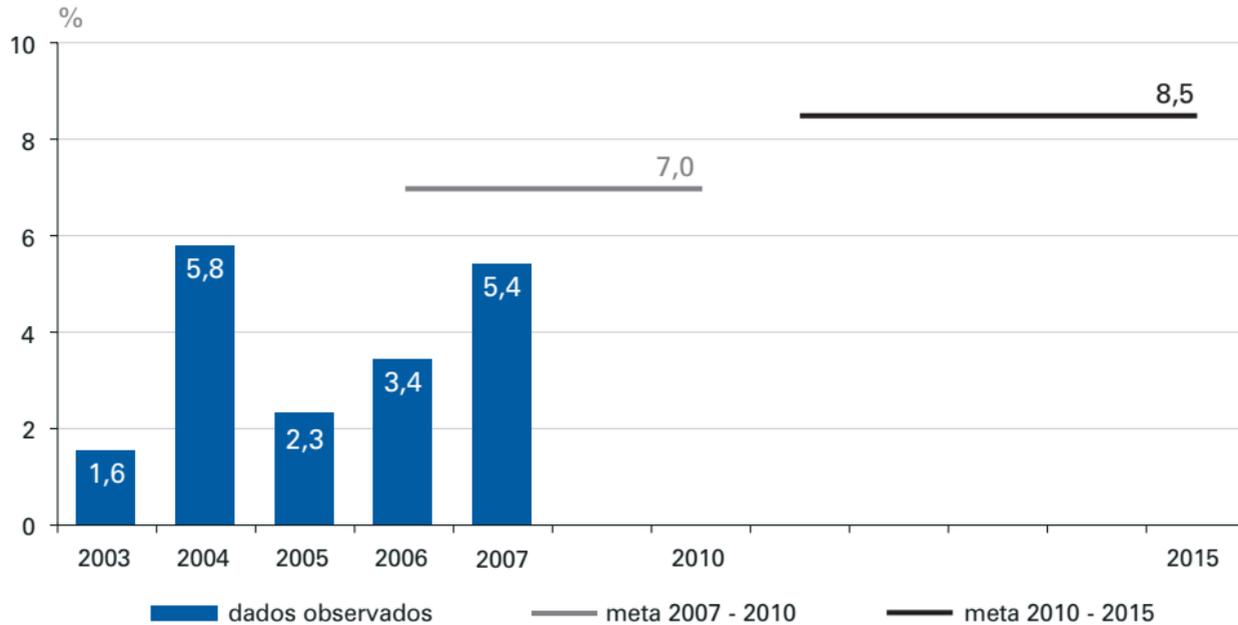
Meta:

- Crescimento médio de 7,0% a. a (até 2010)
- Crescimento médio de 8,5% a. a (de 2010 a 2015)

Status:

↑ Distante da meta e converge em ritmo inferior ao planejado

Oferta Interna de Energia



Tendências

A taxa de crescimento da oferta interna de energia em 2007 foi de 5,4%, acompanhando o aumento do PIB naquele ano, que cresceu 5,7%.

O investimento no setor, apesar de menos sensível aos ciclos de curto prazo, tende a diminuir no curto prazo devido aos efeitos da crise internacional. Ainda que sejam incertas a abrangência e a duração dos efeitos da crise internacional no País, a meta de crescimento médio de 7% a.a. até 2010 não deverá ser alcançada.

A médio e longo prazo, porém, espera-se uma recuperação dos investimentos no setor, principalmente considerando os planos de exploração de petróleo e gás natural. Segundo a EPE, o setor de petróleo e gás deverá ser responsável por 2/3 dos R\$ 767 bilhões em investimentos previstos para o período 2008-2017. O setor elétrico deve contar com investimentos de cerca de R\$ 181 bilhões até 2017, o que representa quase 1/4 do total.

- Defender soluções para a desoneração dos novos investimentos para geração de energia elétrica, em especial da energia hidrelétrica e da biomassa.
- Defender um marco regulatório de incentivos ao uso planejado de fontes alternativas de energia elétrica, sem onerar os consumidores de energia e com previsão de investimentos em toda a cadeia produtiva e em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias.
- Acompanhar a regulamentação da nova Lei do Gás Natural.
- Promover e acompanhar as discussões sobre o novo modelo institucional e regulatório para exploração e produção de petróleo e gás natural nos campos da camada de pré-sal.
- Fortalecer a ação conjunta de defesa de interesses com as Federações das Indústrias e Associações do setor elétrico visando, em particular junto ao Governo e ao Legislativo, a concretização de medidas de aumento da oferta de energia a custo competitivo.

11. Investimento em Infraestrutura dos Transportes em proporção do PIB

Descrição:

Indica o total investido em infraestrutura dos transportes pelo governo federal em relação ao PIB.

Fonte:

Ministérios dos Transportes

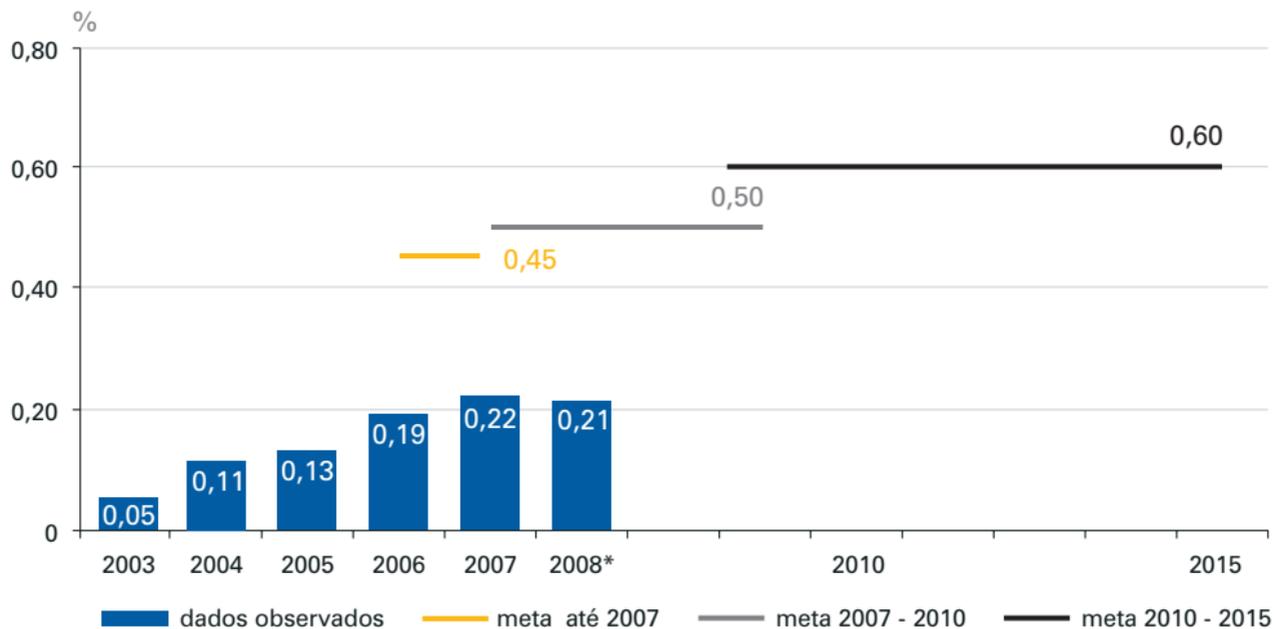
Meta:

- Alcançar 0,45% até 2007
- Alcançar 0,50% até 2010
- Alcançar 0,60% até 2015

Status:

↑ Distante da meta e converge em ritmo inferior ao planejado

Investimento em Infraestrutura dos Transportes em proporção do PIB



* Estimativa CNI

Tendências

Em 2008, os investimentos do Ministério dos Transportes - MT devem ficar em 0,21% do PIB, segundo estimativas da CNI. Manteve-se o patamar alcançado em 2007, de 0,22% do PIB.

Em 2007, primeiro ano do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, houve um aumento de inversões no setor de transportes, comparando-se com os níveis de investimento observados em 2006. Porém, apesar de uma maior maturação do PAC em 2008, observou-se uma estagnação. A execução financeira de investimentos do MT parece ter chegado ao limite de sua capacidade.

A menos que haja uma aceleração dos desembolsos programados no âmbito do PAC, pode-se considerar que os investimentos tendem a se estabilizar no patamar observado em 2007 e 2008, de 0,2% do PIB. Dessa forma, é improvável que a meta de 0,5% para 2010 seja atingida.

Além das dificuldades enfrentadas pelo MT na execução dos investimentos, existem problemas estruturais no setor. Falta uma estrutura moderna de planejamento de longo prazo, e uma visão integrada de logística que oriente as diversas ações para o objetivo da competitividade. O ambiente institucional é inadequado, faltando a conclusão da implantação dos marcos regulatórios com o fortalecimento das agências reguladoras do setor (ANTT e ANTAQ principalmente) e eliminação da sobreposição de funções entre estas e o MT.

- Desenvolver ações para melhoria da gestão pública e diminuir obstáculos burocráticos aos investimentos.
- Defender a independência decisória, autonomia financeira, delimitação precisa de suas funções, transparência na atuação e excelência técnica para as Agências Reguladoras, como eliminação das sobreposições de funções.
- Elaborar estudos com propostas para maior eficiência das administrações portuárias, aumento da competitividade na navegação costeira de cargas e melhoria das informações no setor de transporte que suportem o planejamento integrado e de longo prazo.
- Melhorar o sistema interno de informações e acompanhamento do desenvolvimento da infraestrutura no País.

Investimento em Infraestrutura dos Transportes em proporção do PIB

12. Domicílios atendidos por Rede Coletora de Esgoto

Descrição:

Domicílios atendidos por rede coletora de esgoto em relação ao total de domicílios no Brasil.

Fonte:

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios / IBGE

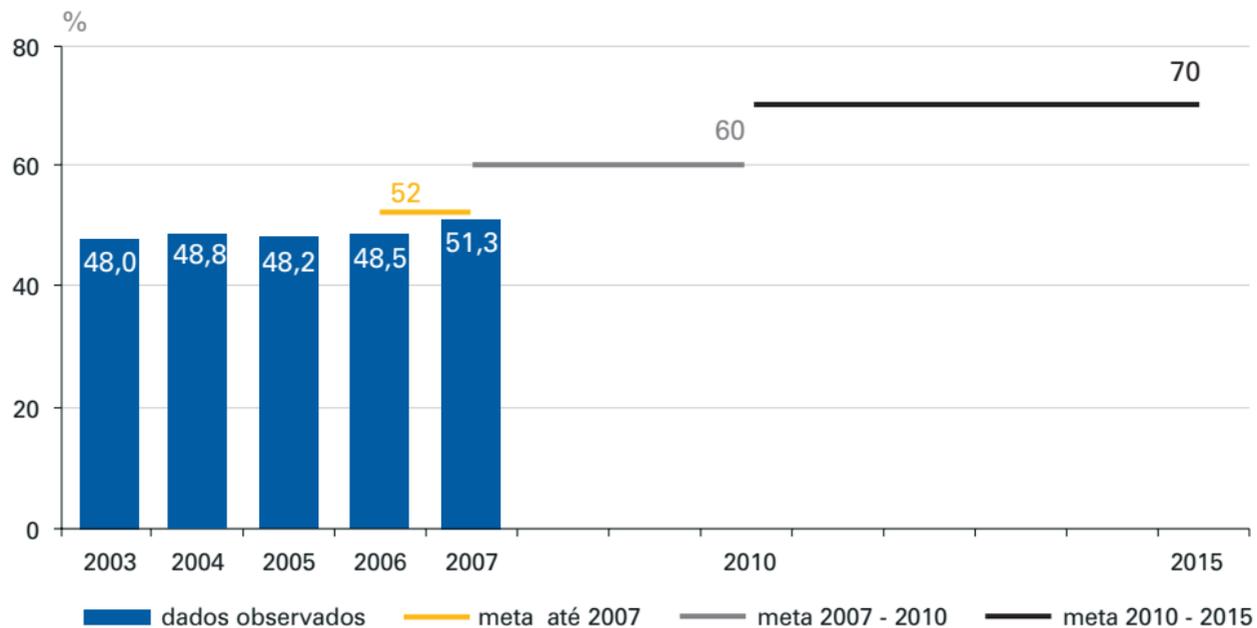
Meta:

- Alcançar 52% até 2007
- Alcançar 60% até 2010
- Alcançar 70% até 2015

Status:

 Convergindo para a meta

Domícilios atendidos por Rede Coletora de Esgoto



Tendências

Em 2007 o Brasil passou a ter mais da metade (51,3%) dos seus domicílios ligados a rede coletora de esgoto sanitário. A participação de domicílios atendidos aumentou 2,8 pontos percentuais segundo a PNAD divulgada em setembro de 2008, contra 48,5% na pesquisa anterior.

Ainda que o ritmo de expansão da rede coletora de esgoto tenha crescido, ele poderia ser até maior caso instrumentos de financiamento como as PPPs fossem mais utilizados pelo governo federal. Com a promulgação da Lei 11.445/2007, foram definidas as regras sobre a atuação em concessões e PPPs no setor. Desde então a participação privada na prestação de serviços de água e esgoto tem aumentado. Porém, apesar do setor de saneamento básico contar com recursos anuais do PAC da ordem de R\$ 10 bilhões/ano, não se consegue executar 1/3 desse montante.

O potencial de investimentos é bem maior que o observado nos últimos anos, e a iniciativa privada deverá ter papel fundamental na busca pela universalização dos serviços, seja na realização dos projetos e obras ou na operação dos sistemas. O desafio do setor de saneamento será acelerar a expansão da rede coletora de esgoto de modo a atingir a meta de 60% atendidos em 2010, o que será possível por meio da eliminação dos entraves aos investimentos.

- Incentivar parcerias público-privadas no setor de saneamento.
- Apoiar os esforços de aumento dos investimentos, por meio do acompanhamento das ações do PAC e do PRODES.
- Acompanhar a efetivação da Lei 11.445/07.

13. Investimento Privado em Inovação em proporção ao PIB

Descrição:

Volume de investimentos privados em inovação em relação ao PIB.

Fonte:

Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT

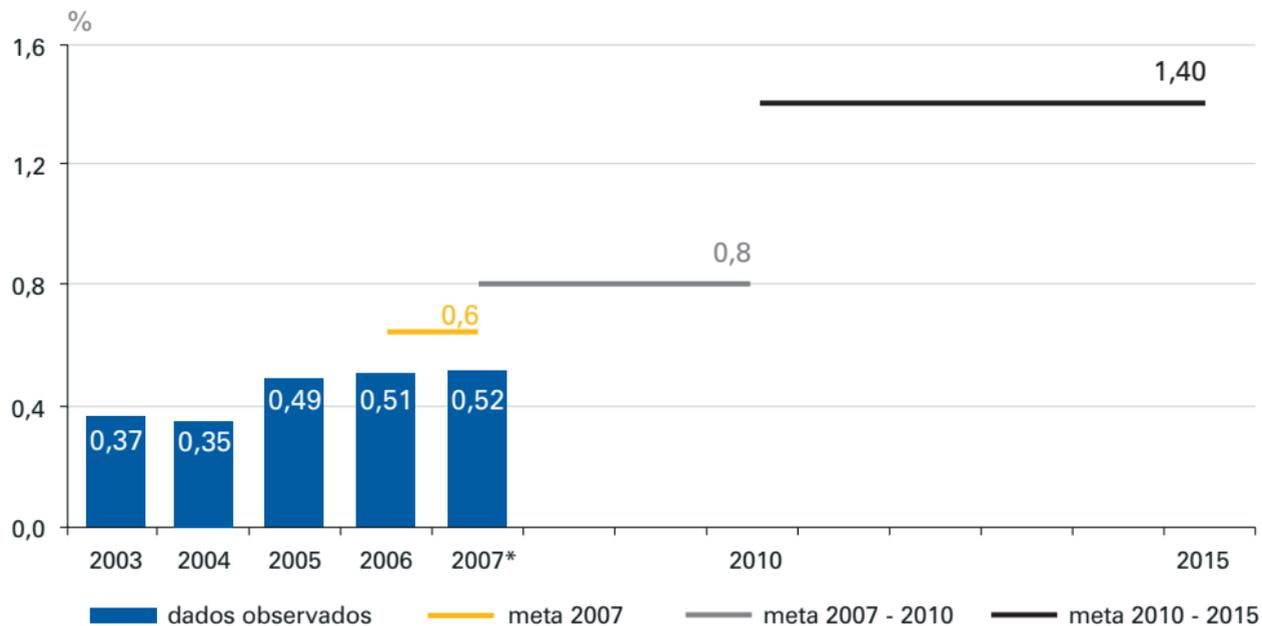
Meta:

- Alcançar 0,60% até 2007
- Alcançar 0,80% até 2010
- Alcançar 1,40% até 2015

Status:

 Convergindo para a meta

Investimento Privado em Inovação em proporção ao PIB



* Dado preliminar MCT

Tendências

Os gastos privados com P&D acompanham, historicamente, a dinâmica dos investimentos no Brasil. São, portanto, muito sensíveis às alterações na economia. Em períodos de aceleração da atividade econômica, os gastos com P&D tendem a crescer proporcionalmente mais do que a média da economia; em contrapartida, em períodos de desaceleração, os efeitos negativos na trajetória de P&D são, usualmente, mais intensos.

Tomando-se como base um cenário em que o ritmo de crescimento do PIB em 2009 deve reduzir-se à menos da metade da expansão registrada em 2008 e sabendo-se que o comportamento dos investimentos privados em inovação são mais voláteis do que a variação média do PIB, a tendência para o indicador em 2009 é de queda, interrompendo a trajetória ascendente observada ao longo desta década.

Como fator atenuante à queda dos investimentos privados em inovação, destaca-se a criação de instrumentos de apoio à inovação nas empresas, a partir de 2006, previstos na Lei de Inovação e na Lei do Bem. Essas leis prevêm a concessão de recursos financeiros, como crédito, capital de risco, subvenção econômica, auxílios financeiros e bolsas de pesquisa e estudo e incentivos fiscais. Esse marco legal não deve alterar a trajetória de queda do indicador, uma vez que o fator crucial para a expansão do investimento em P&D é o crescimento econômico, mas pode mitigar o ritmo de queda.

- Consolidar a implantação do marco regulatório de fomento ao desenvolvimento industrial e tecnológico, em especial da Política Industrial, Tecnológica e de Comercial Exterior (PITCE).
- Mobilizar os empresários para exercer o protagonismo privado na agenda de inovação.
- Aperfeiçoar a legislação que trata de incentivos fiscais e mecanismos de apoio à inovação previstos na Lei da Inovação e na Lei do Bem.
- Ampliar o acesso aos mecanismos de fomento da atividade inovativa por meio da difusão e implantação de instrumentos de financiamento e subvenção.
- Utilizar o poder de compra do estado para estimular o desenvolvimento tecnológico nas empresas, seja na compra direta de fornecedores, seja no estabelecimento de requisitos de contrapartidas comerciais (offsets) em aquisições de produtos importados.

Investimento Privado em Inovação em proporção ao PIB

14. PISA

Descrição:

Programme for International Student Assessment (PISA) é um teste de diagnóstico aplicado em alunos de 15 anos, avaliando conhecimentos em leitura, em matemática e em ciências.

Fonte:

OECD

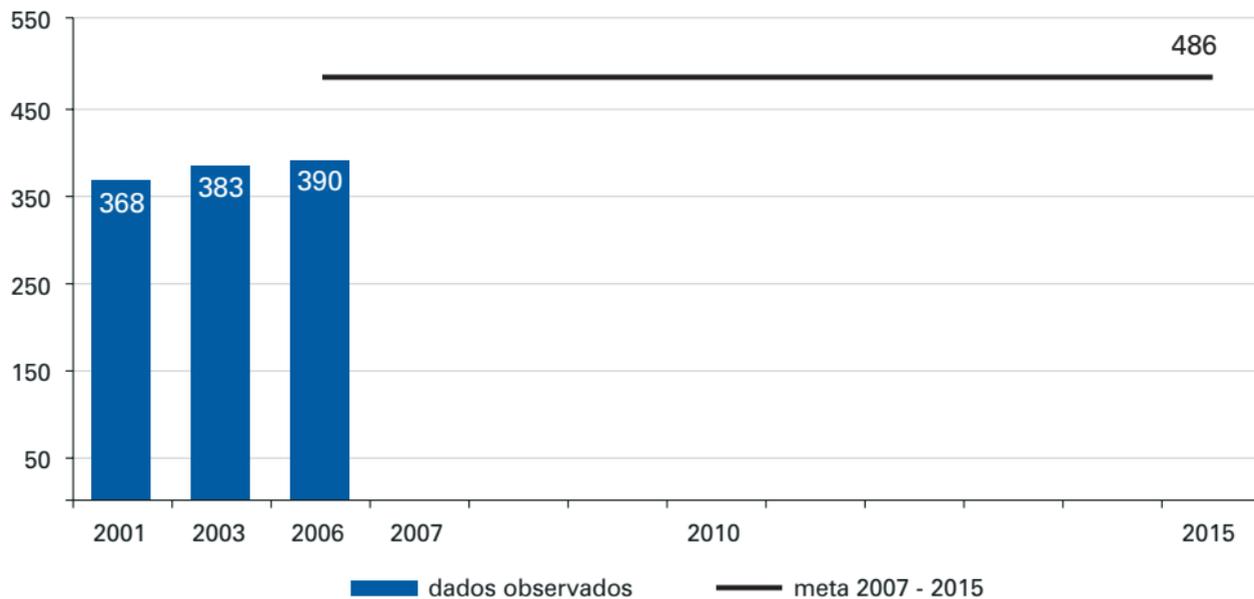
Meta:

- Alcançar a nota 486 (Espanha em 2001) até 2015

Status:

↑ Está distante e converge em ritmo inferior ao planejado

PISA



Tendências

A falta de qualificação da mão-de-obra é um dos principais entraves ao crescimento sustentado no Brasil. O Programa Internacional de Avaliação de Ensino (PISA) exhibe um quadro que precisa ser superado: a nota do aluno brasileiro, em 2006, foi a 51ª numa lista de 57 países (30 membros da OECD e 27 países convidados). A nota média de um aluno brasileiro em matemática e ciências em 2006 é 5% inferior à de um aluno mexicano.

A nota média dos estudantes brasileiros manteve-se praticamente estável na década (não ultrapassou 400 pontos), muito distante da meta estabelecida pelo Mapa da Indústria (500 pontos). Uma nota média de 500 pontos é equivalente ao desempenho dos estudantes da Espanha no início desta década.

- Universalizar a educação básica com qualidade.
- Fortalecer a educação profissional.
- Estimular a educação continuada dentro e fora do ambiente do trabalho.
- Apoiar o “Movimento Todos pela Educação”.

15. Domicílios com acesso à internet

Descrição:

Número de domicílios com acesso à internet em relação ao total de domicílios no Brasil.

Fonte:

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios / IBGE

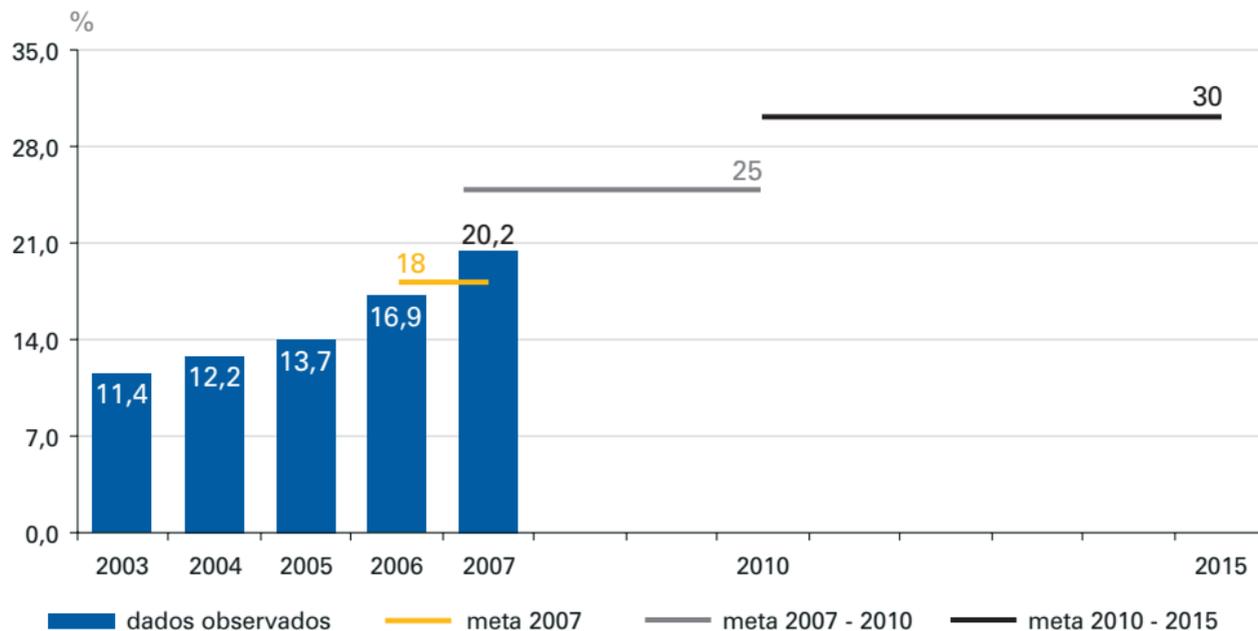
Meta:

- Alcançar 18% até 2007
- Alcançar 25% até 2010
- Alcançar 30% até 2015

Status:

● Atingiu a meta

Domicílios com acesso à internet



Tendências

Em 2006, a produção de equipamentos de informática cresceu 51,6%. Em 2007, não obstante a alta base de comparação, a produção cresceu adicionalmente 14,4%. Trata-se de um dos setores mais dinâmicos da economia, beneficiado não só pela expansão do crédito, que dinamizou as vendas, como também por incentivos fiscais.

O setor de informática no Brasil é o caso emblemático de como uma medida de desoneração tributária pode impulsionar o crescimento da produção. A Lei do Bem, instituída em 2005, reduziu a carga tributária de produtos de informática e estimulou a produção e venda de computadores no Brasil, gerou empregos e aumentou a competitividade do produto nacional frente ao importado.

Com mais computadores, o acesso à internet ampliou. O percentual de domicílios com acesso à internet elevou-se de 13,7% em 2005 para 20,2% em 2007, suplantando a meta estabelecida no Mapa da Indústria.

- Disseminar a importância da banda larga com infraestrutura estratégica para o desenvolvimento do país.
- Estimular o acesso de escolas e estudantes à internet.
- Contribuir para que as políticas públicas concorram para a ampliação do acesso dos domicílios à internet.

16. Renda *per capita*, ajustada pela paridade do poder de compra

Descrição:

Renda por habitante expressa em dólares ajustadas ao poder de compra da população.

Fonte:

Fundo Monetário Internacional - FMI

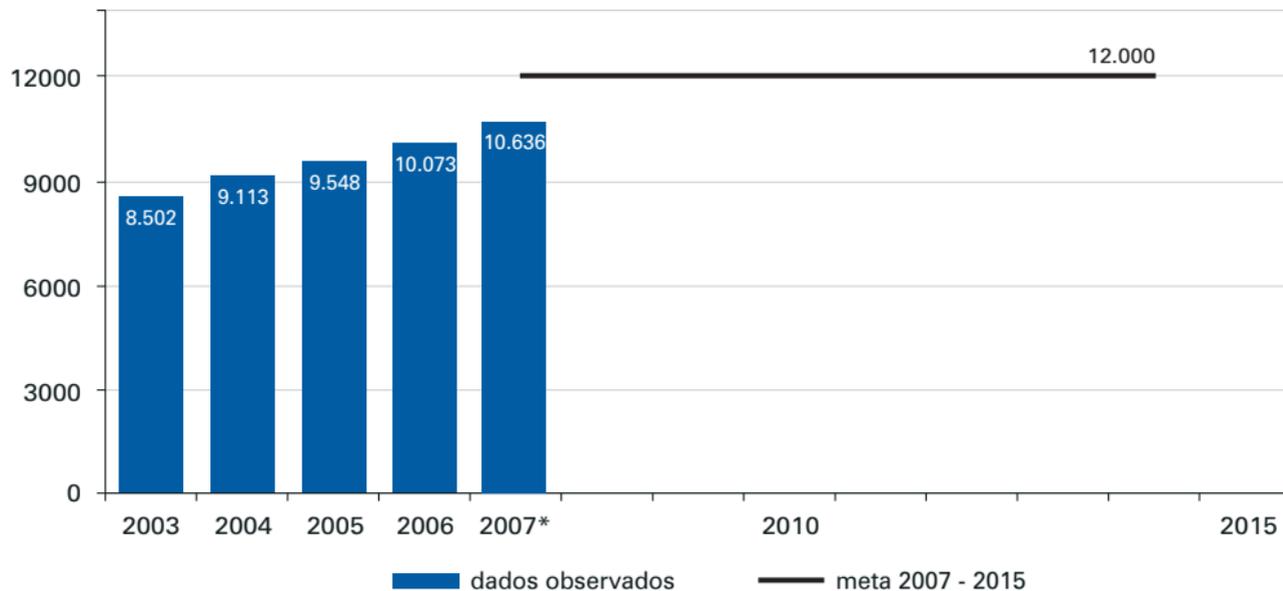
Meta:

■ Alcançar 12.000 PPP até 2015

Status:

↑ Convergindo para a meta

Renda per capita, ajustada pela paridade do poder de compra



* Projeção FMI

Tendências

A renda *per capita* no Brasil é de aproximadamente US\$ 10 mil – os valores são referentes a 2006 e expressos em dólares ajustados pelo poder de compra do país. Desde 2004, cresce a um ritmo superior a 5% ao ano. Apesar de todo o dinamismo recente, a renda *per capita* no Brasil ainda está muito aquém de alguns vizinhos sul-americanos, como Argentina (US\$ 16 mil), Chile (US\$ 13 mil) ou Uruguai (US\$ 12 mil).

Mesmo com o menor crescimento demográfico – comparativamente com o registrado em décadas anteriores –, a menor atividade econômica dos próximos anos diminuirá o ritmo de expansão da renda *per capita*. Esse comportamento dificulta que a renda *per capita* alcance a meta estipulada pelo mapa da indústria nos anos de 2009 e 2010.

- Atuar na implementação das políticas que buscam acelerar o ritmo de crescimento econômico com manutenção da estabilidade (ações do Mapa Estratégico da Indústria).

Renda *per capita*, ajustada pela paridade do poder de compra

17. Índice de GINI

Descrição:

Mede a distribuição de renda entre os habitantes de um país. O valor 0 (zero) corresponde à equidade perfeita e 1 (um) corresponde à completa desigualdade.

Fonte:

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios / IBGE

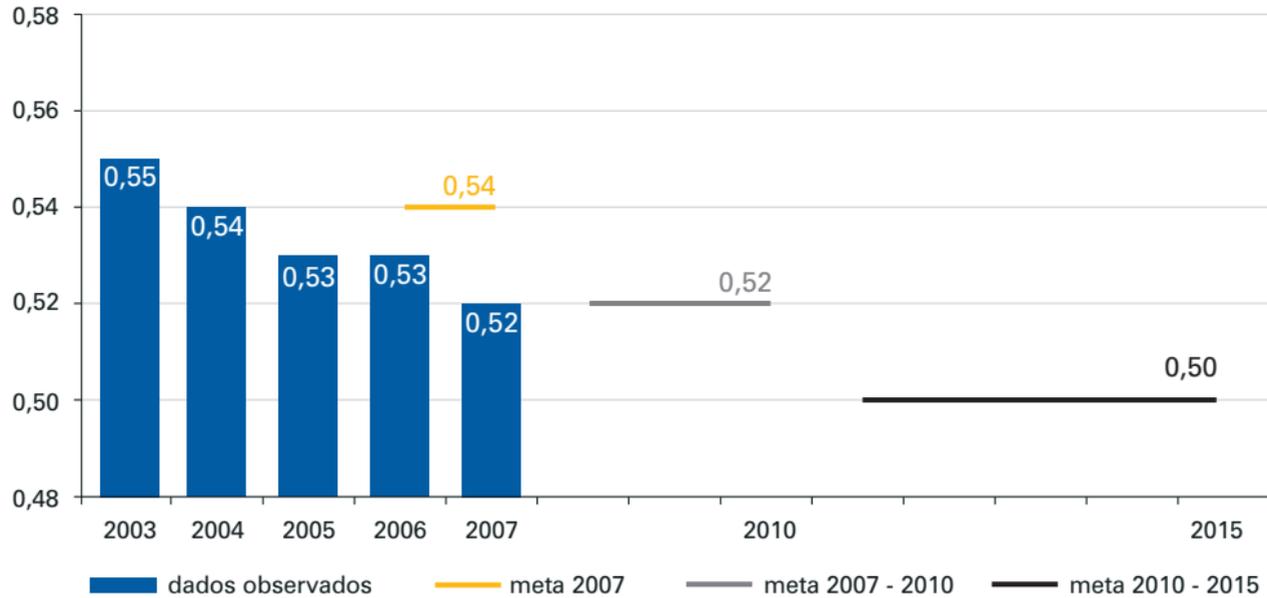
Meta:

- Alcançar 0,54 até 2007
- Alcançar 0,52 até 2010
- Alcançar 0,50 até 2015

Status:

- Atingiu a meta

Índice de GINI



Tendências

O índice de Gini – que apura o nível de concentração de renda de um país – reduziu em 2007 pelo quinto ano consecutivo. A queda desse indicador indica um processo de melhor distribuição de renda no Brasil, mesmo que de forma ainda muito lenta. O objetivo proposto no mapa da indústria é que o índice de Gini atinja 0,52 em 2010. Como em 2007, esse indicador ficou em 0,521, o objetivo traçado do mapa da indústria foi superado.

A melhora do índice de Gini é o resultado de um crescimento econômico acompanhado de geração de postos de trabalhos – sobretudo formais nos últimos anos. Maior crescimento do emprego gera expansão da renda. Some-se a isso, as políticas governamentais, como o bolsa-família

No entanto, a crise internacional já está trazendo efeitos adversos na criação de empregos. Dessa forma, apesar do índice de Gini estar em trajetória de queda, há a possibilidade de uma queda mais lenta desse indicador, ou mesmo uma interrupção do recuo registrado nos últimos anos.

- Promover o desenvolvimento das regiões com maior defasagem econômica, de forma a reduzir as tensões sociais e exercer influência positiva sobre os investimentos – principalmente em infraestrutura – que ajudem a reduzir a desigualdade econômica.
- Apoiar as políticas públicas que visam reduzir as desigualdades de renda buscando maior eficiência e focalização.

18. Índice de Desenvolvimento Humano - IDH

Descrição:

Mede o nível de bem-estar de uma população, considerando longevidade, renda per capita e grau de escolaridade.

Fonte:

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

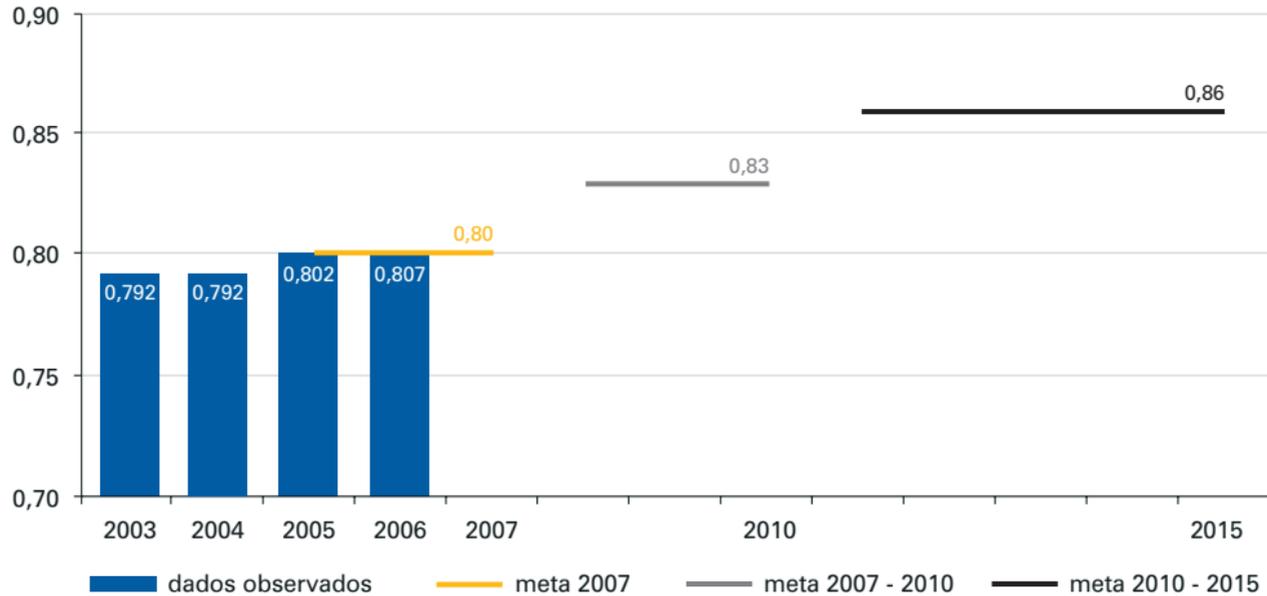
Meta:

- Alcançar 0,80 até 2007
- Alcançar 0,83 até 2010
- Alcançar 0,86 até 2015

Status:

- Atingiu a meta

Índice de Desenvolvimento Humano - IDH



Tendências

O Brasil alcançou 0,802 pontos em 2005, passando a fazer parte da lista dos países com alto desenvolvimento humano. Essa pontuação significa avanços nos indicadores sociais e atinge a meta proposta pelo Mapa.

O índice de desenvolvimento humano é calculado a partir de três fatores: renda, longevidade e grau de escolaridade médios da população brasileira.

No ano de 2006 o IDH do Brasil aumentou para 0,807 pontos e com isso passou para a 70ª posição em uma lista de 179 nações e territórios. Ressalte-se que todos os três fatores do cálculo do IDH registraram avanço em 2006. Destaque para o índice relativo à taxa de alfabetização – das pessoas com 15 ou mais anos de idade –, por ser o maior responsável pelo aumento do IDH no Brasil.

Para efeito de comparação, o IDH médio para a educação da América Latina é de 0,878, enquanto o mesmo indicador do Brasil é de 0,888. Isso significa que as condições de educação no Brasil estão melhores do que a média dos países latino-americanos.

Por outro lado, o IDH de renda do Brasil ainda é inferior ao indicador médio dos países da América Latina. O mesmo ocorre com o IDH de longevidade.

- Mesmo com a melhora no IDH de escolaridade no Brasil, é preciso intensificar a atenção em medidas que garantam a continuidade – e em um ritmo mais acelerado – aumentar a escolaridade da população brasileira.



Confederação Nacional da Indústria
Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen
CEP: 70040-903 - Brasília-DF Fone: (61) 3317-9000
www.cni.org.br